

A GREVE DO PACTO¹

Com a recente greve comandada pelo Pacto de Ação Conjunta, São Paulo assistiu a uma das maiores mobilizações da classe operária dos últimos dez anos. A greve de 1953 atingiu 4 categorias, a de 1957, 10 categorias. A greve do pacto contou com 15 categorias, num total de 87 sindicatos da Capital e do Interior, englobando 700 mil trabalhadores, dos quais, aproximadamente, 70% cruzaram os braços.

É nas grandes mobilizações que uma classe mostra seu verdadeiro caráter que nas épocas “pacíficas” amadurece imperceptivelmente através de lutas diárias. Essas são também as ocasiões de grandes testes: nelas são postas a prova não só as lideranças, mas também a orientação política capaz de conduzir a classe operária a cumprir seu papel histórico. É sob esse aspecto que analisaremos a greve do pacto – em que medida ela confirma nossa orientação política e as tarefas imediatas junto à classe operária.

Os sucessos e os fracassos da greve do Pacto, o seu avanço e suas limitações decorrem fundamentalmente do agravamento do custo de vida, do caráter reformista da liderança sindical e da crise econômica por que passa o país.

A elevação do índice do custo de vida já determinara antes do Pacto a mobilização de setores como o dos professores que nunca haviam participado de greves. Mas se por um lado era evidente a disposição de luta que estavam possuídas as massas, a greve dos bancários, por outro lado, foi uma demonstração clara de que a burguesia não estava disposta a fazer concessões nas reivindicações salariais, de que ela usaria da repressão para descarregar o peso da crise nas costas do trabalhador. A ação conjunta das várias categorias surgia pois como condição necessária para evitar a depreciação do salário do trabalhador.

Para a cúpula sindical reformista, que presencia a marcha progressiva de Jango para a direita, era a oportunidade de ouro para dar uma demonstração de força a fim de “pressioná-lo” e obrigá-lo a voltar-se contra o imperialismo e o latifúndio. Para os pelegos janguistas constituía um meio de captar-lhes as atenções surgindo como os dirigentes desse poderoso movimento de massas. É com essa finalidade que se deslocaram para S. Paulo os dirigentes da CNTI.

A mera manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo exigia a união de várias categorias para enfrentar a máquina de repressão do Governo. Isso significava a transformação, na prática, de uma reivindicação econômica em uma reivindicação política, na medida em que essa ação conjunta necessariamente deita por terra um dos pontos chave do controle ministerial do movimento sindical: o enquadramento sindical.

A greve sem dúvida foi uma vitória dos trabalhadores: conseguiu-se um aumento que ultrapassou as melhores ofertas patronais. Entretanto, os mesmos fatores que propiciaram essa vitória impediram um avanço maior da classe operária. A tradicional liderança sindical, acostumada a uma política de colaboração de classes não foi capaz, por isso mesmo, de preparar as condições para o avanço da classe, pois que essa preparação pela situação em que

¹ Fundo POLOP/CEDEM. Rolo 34, microfilmes 7979-7980.

se encontra o país exige, como vimos, uma política de classe, de oposição ao governo, de denúncia do controle ministerial.

Em vista disso, já no segundo dia de greve, quando se arrastavam as discussões quanto a legalidade ou a ilegalidade da representação do CNTI, notava-se um certo arrefecimento do movimento; esta, por sua vez, repercutiu na atitude da cúpula que, no 3º dia da greve aceita imediatamente o julgamento do TRT quanto à ilegalidade do CNTI nessa representação. Esse fato e a aceitação da proposta desta pelo TRT, de 80% de aumento, quando a reivindicação confirmada em várias assembleias era de 100%, acabaram por quebrar de vez a possibilidade de se levar a luta avante, de golpear mais profundamente a burguesia.

A atitude com relação a repressão policial que se previa foi tipicamente reformista: sempre exclusivamente defensiva. Não resta dúvida que em vista da violência que a polícia ameaçava desencadear, foi acertado parar as fábricas de dentro para fora, por ação dos delegados sindicais e seus piquetes. Mas somente o caráter reformista do comando poderia ignorar por completo a possibilidade de ações ofensivas ilegais, mesmo de pequena envergadura, que se materialmente não produzem resultados imediatamente palpáveis deixam, entretanto, um grande saldo moral para as lutas futuras e estimulam ações de Maior envergadura. Quando o Secretário de Segurança de Adhemar de Barros acusou os sindicatos de estarem armados, a atitude do Sr. Riani foi abrir as portas dos sindicatos para a devida vitória (alguns líderes sindicais prepararam-se para resistir). Semelhante atitude capitulacionista somente pode partir de quem ignora que a violência é inerente à luta de classes e mantém a ilusão com respeito à justiça das classes dominantes.

A greve foi uma demonstração da disposição de luta dos trabalhadores paulistas, mas mostrou também como uma política reformista limita a amplitude mesmo de uma luta de objetivos meramente econômicos.

A greve mostrou, portanto, a correção da política que vimos adotando, baseada na independência política e ideológica da classe operária; é necessário, pois, intensificar o nosso trabalho de agitação e propaganda, estimular todas as forças que aceitam semelhante política e procurar assim impedir que a burguesia saia fortalecida da presente crise.